

Projeto de Lei do Senado nº 754, de 2011

Autoria: Senador Aécio Neves (PSDB/MG), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ) e outros

Iniciativa:

Ementa:

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica das doações realizadas às entidades sem fins lucrativos que prestem serviços de atendimento institucional a crianças e adolescentes.

Explicação da Ementa:

Acrescenta inciso IV, ao § 2º, do art. 13, da Lei nº 9.249/1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como das contribuições social sobre o lucro líquido, e dá outras providências, para estabelecer que poderão ser deduzidas as doações, até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Tributos

Data de Leitura: 20/12/2011

Tramitação encerrada

Decisão: Arquivada ao final da Legislatura (art.

Último local: -

Destino: Ao arquivo

Último estado: 20/12/2018 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Despacho:

20/12/2011 (Despacho Inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(SF-CAE) Comissão de Assuntos Econômicos

Relatoria:

CAE - (Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator(es):

Senador José Medeiros (encerrado em 07/04/2016 - Alteração na composição da comissão)

Senador Paulo Rocha (encerrado em 20/12/2018 - Fim de Legislatura)

CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Relator(es):

Senador Wellington Dias (encerrado em 25/11/2014 - Redistribuição)

Senadora Lúcia Vânia (encerrado em 18/12/2014 - Fim de Legislatura)

Senador Randolfe Rodrigues (encerrado em 15/04/2015 - Substituído por "ad hoc")

Senador Sérgio Petecão (Relator Ad hoc) (encerrado em 15/04/2015 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

20/12/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Ação: A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno.

18/12/2018 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.

29/05/2018 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR SOLICITADA

Ação: Em reunião realizada dia 29/03/2018, o presidente da Comissão, Senador Tasso Jereissati, nos termos do art. 113, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como dos arts. 14, caput e 16, inciso I, da Lei complementar nº 101/2000, encaminha à Receita Federal do Brasil, por meio do Ministério da Fazenda, pedido de informações sobre o impacto orçamentário e financeiro de proposições legislativas que tramitam nesta Comissão.

***** Retificado em 29/06/2018*****

Em reunião realizada dia 29/05/2018, o presidente da Comissão, Senador Tasso Jereissati, nos termos do art. 113, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como dos arts. 14, caput e 16, inciso I, da Lei complementar nº 101/2000, encaminha à Receita Federal do Brasil, por meio do Ministério da Fazenda, pedido de informações sobre o impacto orçamentário e financeiro de proposições legislativas que tramitam nesta Comissão.

29/03/2017 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: O relator, senador Paulo Rocha, apresentou relatório pela aprovação do projeto com duas emendas de sua autoria (fls. 14-18).

19/12/2016 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: A presidenta da Comissão, senadora Gleisi Hoffmann, designa o senador Paulo Rocha relator da matéria.

07/04/2016 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: A matéria será redistribuída em virtude de o senador José Medeiros não mais ser membro desta Comissão.

04/02/2016 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido pelo relator, senador José Medeiros, com relatório pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta (fls. 9-13).

04/08/2015 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador José Medeiros relator da matéria.

Ao relator.

TRAMITAÇÃO

17/04/2015 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebida nesta Comissão, nesta data.

Matéria aguardando distribuição.

16/04/2015 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Juntei o Parecer e a Lista de Presença fls. 5 a 8.
À CAE, para prosseguimento da tramitação.

15/04/2015 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 14ª Reunião, Extraordinária, realizada nesta data, o Senador Paulo Paim designa o Senador Sérgio Petecção Relator "ad hoc".
Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto.

13/04/2015 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 14ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 15/04/2015.

10/04/2015 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido nesta data pelo Senador Randolfe Rodrigues, com Relatório favorável ao Projeto.

09/03/2015 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim, designa o Senador Randolfe Rodrigues relator da matéria.
Ao Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues.

18/12/2014 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Devolvido nesta data pela Senadora Lúcia Vânia e a presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de 2014.

26/11/2014 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: A Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Ana Rita, designa a Senadora Lúcia Vânia relatora da matéria.
Ao gabinete da Senadora Lúcia Vânia.

25/11/2014 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

TRAMITAÇÃO

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo Senador Wellington Dias para redistribuição.

01/08/2014 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.

02/03/2012 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Senador Paulo Paim, designa o Senador Wellington Dias relator da matéria.
Ao Gabinete do Senador Wellington Dias.

08/02/2012 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.
Matéria aguardando distribuição.

22/12/2011 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Prazo para recebimento de emendas:
Primeiro dia: 22.12.2011
Último dia: 07.02.2012

21/12/2011 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Recebido na CDH.
Matéria aguardando abertura de prazo para rebimento de emendas.

20/12/2011 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Leitura.
Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa. A matéria poderá receber emendas perante a primeira Comissão, por um prazo de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Publicado no DSF Páginas 55096-55099

20/12/2011 SF-PLG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 04 (quatro) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 754/2011

Data: 20/12/2011

Autor: Senador Aécio Neves (PSDB/MG) e outros.

Local: null

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica das doações realizadas às entidades sem fins lucrativos que prestem serviços de atendimento institucional a crianças e adolescentes.

Avulso inicial da matéria

Data: 20/12/2011

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura.

Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa. A matéria poderá receber emendas perante a primeira Comissão, por um prazo de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Relatório Legislativo

Data: 10/04/2015

Autor: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Devolvido nesta data pelo Senador Randolfe Rodrigues, com Relatório favorável ao Projeto.

Parecer

Data: 15/04/2015

Autor: -

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Na 14ª Reunião, Extraordinária, realizada nesta data, o Senador Paulo Paim designa o Senador Sérgio Petecção Relator "ad hoc". Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto.

Relatório Legislativo

Data: 04/02/2016

Autor: Senador José Medeiros (CIDADANIA/MT)

Local: Comissão de Assuntos Econômicos

Ação Legislativa: Devolvido pelo relator, senador José Medeiros, com relatório pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta (fls. 9-13).

Relatório Legislativo

Data: 29/03/2017

Autor: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

Local: Comissão de Assuntos Econômicos

Ação Legislativa: O relator, senador Paulo Rocha, apresentou relatório pela aprovação do projeto com duas emendas de sua autoria (fls. 14-18).